

Unimed Itapetininga - Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed Itapetininga - Cooperativa de Trabalho Médico, que contava com 106 e 102 cooperados no final de 2018 e de 2017, respectivamente tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando - lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, através da disponibilização dos serviços de seus cooperados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo a finalidade da sociedade cooperativa.

2 Base de preparação e apresentação

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1) e às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 22 de fevereiro de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros e derivativos

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contas a receber; iii) outros créditos; e iv) outros investimentos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos a pagar; iii) adiantamento de clientes; e iv) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

Outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Cooperativa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Cooperativa ndação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: Visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016. Possuem, em sua maioria, cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

f Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica.

g Imobilizado**g.1 Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG: caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS: provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais: representado pelos valores relativos a prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN supra citada e a partir de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando

necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente quando aplicável. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme Artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

4 Aplicações financeiras

<u>Modalidade</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
UBB ANS FI RF Saúde	2.787.199	2.655.716
CDI	3.587.528	3.990.256
CDB/RBD	2.391.475	2.286.761
	8.766.202	8.932.733

As aplicações são, em sua totalidade, garantidoras de provisões técnicas, estão compostas por aplicações financeiras vinculadas em Fundos de Renda Fixa Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar e por Certificados de Depósito Bancário custodiados por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contraprestações pecuniárias - plano particular	237.260	247.223
Contraprestações pecuniárias - plano empresarial	52.985	587.842
Cobertura assistencial com preço pós estabelecido	81.427	81.851
Contraprestações a receber por corresponsabilidade assumida - pré-pagamento	582.957	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(241.839)	(126.077)
	712.790	790.839

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	1.837.327	687.773
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(302.475)	(312.467)
	<u>1.534.852</u>	<u>375.306</u>

(i) Conta a receber referente aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

(ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

7 Créditos tributários e previdenciários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRRF	264.819	285.995
IRPJ a restituir	265.164	145.995
ISS a compensar	4.058	4.058
CSLL a restituir	43.471	27.688
INSS a restituir	156.221	161.496
PIS	40.598	28.821
COFINS	187.329	132.975
	<u>961.660</u>	<u>787.028</u>

Os saldos estão compostos, substancialmente por impostos retidos da fonte pendentes de compensação.

8 Bens e títulos a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estoque de materiais e medicamentos (i)	367.063	256.175
Títulos a receber	32.231	46.942
Outros créditos a receber	-	-
Adiantamentos	117.181	112.008
Cartão de crédito a receber	118.193	158.942
Títulos protestados judicialmente	991.904	990.105
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(994.623)	(999.235)
	<u>631.949</u>	<u>564.937</u>

- (i) Os estoques são avaliados ao custo médio ponderado de aquisição, substancialmente composto por materiais e medicamentos hospitalares.

9 Investimentos

a Composição do saldo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde		
Federação das Unimed do Estado de São Paulo	1.222.842	826.027
Unimed Central Nacional	183.352	166.381
	<u>1.406.194</u>	<u>992.408</u>
Outros investimentos		
Unimed São Paulo Participações	1.213.018	1.034.444
Unicred Campinas	356.402	248.510
Unimed Cooperativa de Bens e Serviços	1.086.447	837.683
Unimed Sudeste Paulista	75.807	75.807
	<u>2.731.674</u>	<u>2.196.444</u>
	<u>4.137.868</u>	<u>3.188.852</u>

b Movimentação dos investimentos

	1º/1/2017	Adições	Baixas	Ajuste a valor justo	31/12/2017	Adições	Incorporação de juros/sobras ao capital	31/12/2018
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde								
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	826.027	-	-	-	826.027	396.815	-	1.222.842
Unimed Central Nacional	166.381	-	-	-	166.381	-	16.971	183.352
	992.408	-	-	-	992.408	396.815	16.971	1.406.194
Outros investimentos								
Unimed São Paulo Participações	743.232	-	-	291.212	1.034.444	72.515	106.059	1.213.018
Unicred Campinas	247.070	1.440	-	-	248.510	600	107.292	356.402
Centro de Ensino da Região Sudeste Paulista	46.832	-	(46.832)	-	-	-	-	-
Unimed Cooperativa de Bens e Serviços	791.682	-	-	46.001	837.683	-	248.764	1.086.447
Unimed Sudeste Paulista	75.807	-	-	-	75.807	-	-	75.807
	1.904.623	1.440	(46.832)	337.213	2.196.444	73.115	462.115	2.731.674
	2.897.031	1.440	(46.832)	337.213	3.188.852	469.930	479.086	4.137.868

10 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	2018		2017	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		68.778	-	68.778	68.778
Edificações	de 2,63% a 6,67% a.a.	9.564.364	(2.634.416)	6.929.948	7.171.137
Instalações	10% a.a.	66.348	(51.379)	14.969	17.448
Aparelhos e equipamentos	de 10% a 20% a.a.	6.067.151	(4.238.018)	1.829.133	1.965.398
Veículos	20%	676.268	(336.651)	339.617	295.249
Móveis e utensílios	10%	1.417.007	(991.471)	425.536	506.019
Computadores e periféricos	20%	1.970.908	(1.519.966)	450.942	534.285
Outras imobilizações	20%	16.335	(16.335)	-	87
Benfeitoria em imóveis de 3º	20% a.a.	509.553	(253.431)	256.122	293.100
		20.356.712	(10.041.667)	10.315.045	10.851.501

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2018, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

	1º/1/2017	Aquisição	Baixa	31/12/2017	Aquisição	Baixa	31/12/2018
Terrenos	68.778	-	-	68.778	-	-	68.778
Edificações	9.564.364	-	-	9.564.364	-	-	9.564.364
Instalações	66.348	-	-	66.348	-	-	66.348
Aparelhos e equipamentos	5.290.061	719.576	(131.600)	5.878.037	201.349	(12.235)	6.067.151
Veículos	549.063	219.064	-	768.127	152.430	(244.289)	676.268
Móveis e utensílios	1.388.538	26.569	(757)	1.414.350	13.218	(10.561)	1.417.007
Computadores e periféricos	1.547.719	388.733	(35.419)	1.901.033	70.316	(441)	1.970.908
Outras imobilizações	16.335	-	-	16.335	-	-	16.335
Benfeitoria em imóveis de 3º	334.164	117.115	(719)	450.560	58.993	-	509.553
18.825.370	1.471.057	(168.495)	20.127.932	496.306	(267.526)	20.356.712	

c Movimentação da depreciação acumulada

	1º/1/2017	Adição	Baixa	31/12/2017	Adição	Baixa	31/12/2018
Edificações	(2.152.038)	(241.189)	-	(2.393.227)	(241.189)	-	(2.634.416)
Instalações	(46.382)	(2.518)	-	(48.900)	(2.479)	-	(51.379)
Aparelhos e equipamentos	(3.568.798)	(467.897)	124.056	(3.912.639)	(337.614)	12.235	(4.238.018)
Veículos	(388.899)	(83.979)	-	(472.878)	(108.062)	244.289	(336.651)
Móveis e utensílios	(790.696)	(117.635)	-	(908.331)	(94.394)	11.254	(991.471)
Computadores e periféricos	(1.249.147)	(150.299)	32.698	(1.366.748)	(158.559)	5.341	(1.519.966)
Outras imobilizações	(16.067)	(181)	-	(16.248)	(87)	-	(16.335)
Benfeitoria em imóveis de 3º	(90.627)	(66.833)	-	(157.460)	(95.971)	-	(253.431)
(8.302.654)	(1.130.531)	156.754	(9.276.431)	(1.038.355)	273.119	(10.041.667)	

11 Intangível

a Composição do saldo

	Taxa anual de amortização			2018	2017
		Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Software	20%	<u>1.017.887</u>	<u>(754.211)</u>	<u>263.676</u>	<u>226.461</u>

b Movimentação do intangível

	<u>1º/1/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo histórico	725.047	172.474	897.521	120.366	1.017.887
(-) Amortização acumulada	(608.247)	(62.813)	(671.060)	(83.151)	(754.211)
	<u>116.800</u>	<u>109.661</u>	<u>226.461</u>	<u>37.215</u>	<u>263.676</u>

12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2018		2017			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (i)	852.970	-	852.970	822.587	-	822.587
Provisão para remissão (ii)	35.157	56.178	91.335	15.172	34.950	50.122
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)	207.801	327.364	535.165	320.400	353.851	674.251
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)	1.793.427	-	1.793.427	1.853.889	-	1.853.889
Cooperados	872.290	-	872.290	790.809	-	790.809
Serviços credenciados	921.137	-	921.137	1.063.080	-	1.063.080
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)	1.818.500	-	1.818.500	1.890.020	-	1.890.020
	4.707.855	383.542	5.091.397	4.902.068	388.801	5.290.869

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem garantir por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 4. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico - hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial contratada pela Cooperativa conforme o Ofício nº 564/2013/GGAME (GEHAE)/DIOPE/ANS de 28 de março de 2013.

- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9.656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 91.805.

- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.

- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN e a partir de 16 de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão conforme ofício nº 1214/2016 (GGAME(COATU)/DIOPE/ANS.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 209/09 e posteriores alterações da ANS:

- **Patrimônio mínimo ajustado (PMA):** representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$8.503.233 para 31 de dezembro de 2018, multiplicado pelo fator $K=4,76\%$ que equivale a R\$ 404.754; e
- **Margem de Solvência:** Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - a) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$11.929.588 de dezembro de 2018 (R\$ 10.909.109 em 2017); e;
 - b) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$14.553.5489 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 13.387.032 em 2017).

A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada é de R\$10.263.162 (R\$8.452.572 em 2017) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 12.653.552 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 9.296.012 em 2017).

12.1 Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2017 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/ familiares pós Lei 9.656/1998

	Consulta				Total
	Médica	Exames	Terapias	Internações	
Rede própria	5.489.806	2.367.845	6.456.035	13.853.546	28.167.232
Rede contratada	277.160	1.820.605	1.369.885	385.153	3.852.803
Reembolso	137.153	(8.328)	(35.498)	(2.369.224)	(2.275.897)
Intercâmbio eventual	207.864	520.400	496.041	4.479.194	5.703.499
	6.111.983	4.700.522	8.286.463	16.348.669	35.447.637

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
IRRF	319.661	-	319.661	318.919	-	318.919
INSS	469.527	-	469.527	424.511	-	424.511
FGTS	103.365	-	103.365	109.904	-	109.904
COFINS	76.814	-	76.814	51.733	-	51.733
PIS	12.482	-	12.482	23.118	-	23.118
ISS	68.667	-	68.667	50.436	-	50.436
PIS/COFINS/CSLL retidos	68.883	-	68.883	57.264	-	57.264
Contribuição sindical	482	-	482	647	-	647
ISS - parcelamento	173.497	-	173.497	2.081.965	173.491	2.255.456
INSS - parcelamento	170.830	71.179	242.009	170.830	242.009	412.839
	1.464.208	71.179	1.535.387	3.289.327	415.500	3.704.827

14 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2018			2017		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Conta garantida		-	-	-	880.000	-	880.000
Capital de giro	dez/18	232.203	-	232.203	342.506	-	342.506
Financiamentos	set/22	94.380	259.545	353.925	236.992	353.925	590.917
		326.583	259.545	586.128	1.459.498	353.925	1.813.423

As garantias são avais da diretoria e alienação de bens.

15 Débitos diversos

	2018	2017
Circulante		
Obrigações com pessoal	2.506.998	2.390.967
Fornecedores (i)	1.352.228	1.431.713
Depósitos de beneficiários	241.244	58.859
	4.100.470	3.881.539
Não circulante		
Devolução de CH	2.416	9.657
	2.416	9.657
	4.102.886	3.891.196

(i) Substancialmente composto por valores a pagar para fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares.

16 Provisões para contingências

	2018	2017
ISS de outros municípios	157.661	-
Cíveis (i)	220.030	294.322
Trabalhistas (ii)	125.572	52.276
	503.263	346.598

(i) O valor provisionado em 2018 representa 9 ações cíveis indenizatórias a usuários de plano de saúde da Cooperativa.

(ii) O valor representa uma ação trabalhista que a Cooperativa responde como segunda reclamada e que já foi julgada parcialmente procedente. O juiz está aguardando a interposição de recursos das partes para dar continuidade ao processo.

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

17 Passivos contingentes

A Cooperativa discute aproximadamente 30 ações cíveis indenizatórias no montante de R\$ 5.293.353, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2018 é que o desfecho desses processos, pelo andamento atual, classifica-se como possível, mas não provável. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foram constituídas provisões.

18 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobras no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício, deduzida do resultado com terceiros, terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com o usufruto dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2018 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 898.427 conforme demonstrações do resultado.

19 Dispêndios/ despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(5.030.784)	(4.634.256)
Serviços de terceiros	(1.719.768)	(1.683.659)
Localização e funcionamento	(1.690.241)	(1.165.838)
Publicidade e propaganda	(523.986)	(449.461)
Tributos	(255.061)	(244.982)
Diversas	(935.648)	(739.878)
	<u>(10.155.488)</u>	<u>(8.918.074)</u>

20 Resultado financeiro líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	555.605	767.004
Juros por recebidos em atraso	117.090	116.143
Descontos obtidos	72.489	235.880
Outros	67.832	66.269
	<u>813.016</u>	<u>1.185.296</u>
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(223.767)	(182.488)
Juros passivos	(72.082)	(144.286)
Juros por pagamento em atraso	(198.874)	(277.038)
	<u>(494.723)</u>	<u>(603.812)</u>
	<u>318.293</u>	<u>581.484</u>



21 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes do lucro real anual para o imposto de renda e contribuição social.

	2018	2017
Sobras antes dos tributos	5.685.435	3.322.434
Adição/ exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(5.210.002)	(2.278.365)
Base de cálculo	475.433	1.044.069
Imposto de renda - 15%	71.315	(156.610)
Adicional do imposto de renda - 10%	23.542	(80.407)
Imposto de renda	94.857	(237.017)
Contribuição social - 9%	42.789	(93.966)

22 Adoção a RN 430

A Resolução Normativa nº 430 de 7 de dezembro de 2017 que dispõe, entre outros assuntos, sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, exige que as operadoras apresentem de forma segregada suas operações de intercâmbio eventual e corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários (operação de intercâmbio definitivo ou habitual/ convênios de reciprocidade / aluguel de rede / repasse em pré-pagamento / repasse em pós pagamento ou em custo operacional/ risco cedido).

No sistema Unimed as cooperativas mantêm relacionamento operacional que garante uma estrutura de atendimento comum aos beneficiários com a prestação de serviços médicos e hospitalares, uma cooperativa atendendo beneficiários da outra. Essa operação, enquadra-se nas definições de intercâmbio e compartilhamento de riscos regulamentado pelo Manual de Intercâmbio Nacional (MIN), o qual está em consonância com a RN 430/2017, que classifica o intercâmbio em duas modalidades) Habitual: quando o beneficiário possui contrato regional e recebe atendimento de rotina na Unimed que não é a sua contratante ou com contrato regional ou nacional que mora na área de ação de outra Unimed que não é a sua contratante; e b) Eventual: quando o beneficiário está em trânsito na área de ação de outra Unimed.

Dessa forma, todos os eventos conhecidos e avisados, sejam eles de despesas incorridas com beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela cooperativa, ou sejam, relativos a despesas incorridas com beneficiários de outras cooperativas suportadas diretamente pela Operadora, em função de operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários foram integralmente registrados no mês de dezembro de 2018 e foram contabilizados de acordo com os relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed (arquivo PTU) disponibilizados pela Unimed do Brasil. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed, conforme regras previstas no MIN. Os eventos relativos ao compartilhamento de risco foram classificados nos montantes demonstrados abaixo:

Período	Eventos conhecidos por corresponsabilidade assumida		Eventos conhecidos por corresponsabilidade transferida	
	Eventual	Habitual	Eventual	Habitual
Janeiro	1.009.132	465.935	3.025.544	564.449
Fevereiro	1.016.810	485.717	2.533.983	298.869
Março	838.800	529.678	2.964.548	313.823
Abril	1.004.662	482.058	2.787.571	345.109
Maio	1.049.477	572.178	2.884.428	342.821
Junho	1.026.033	542.784	3.382.661	554.787
Julho	754.715	742.472	3.529.584	421.334
Agosto	1.049.780	811.346	2.935.498	555.586
Setembro	760.668	1.006.810	3.160.584	354.800
Outubro	1.053.260	837.680	2.680.576	421.373
Novembro	955.449	827.513	2.829.845	419.001
Dezembro	850.859	674.408	2.841.586	429.022
	11.369.645	7.978.579	35.556.408	5.020.974



23 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de quatro anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 2/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

Parte relacionada	Natureza da operação	2018	2017
Conselho de Administração	Prestação de serviços	1.737.510	2.531.224
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	446.474	502.931
Conselho de Administração	Capital social	-	411.008
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	959.074	1.180.481
Conselho Fiscal	Cédula de presença	10.020	12.989
Conselho Fiscal	Capital social	268.722	290.192

24 Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Cooperativa mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Cooperativa.

25 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como risco de realização do contas a receber e o risco de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Cooperativa no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

26 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

■ Em 2018

	Cooperado	Não cooperado	2018
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	54.260.070	10.300	54.270.370
Ingressos com operações de assistência à saúde	55.687.096	10.475	55.697.571
Ingressos de contraprestações líquidas	55.728.310	10.475	55.738.785
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(41.214)	-	(41.214)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(1.427.026)	(175)	(1.427.201)
Eventos indenizáveis líquidos	(48.597.928)	(7.440)	(48.605.368)
Dispendios com eventos conhecidos ou avisados	(48.669.433)	(7.454)	(48.676.887)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	71.505	14	71.519
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	5.662.142	2.860	5.665.002
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	261.382	-	261.382
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	26.281.099	198	26.281.297
Receita com administração de intercâmbio eventual	21.937.715	-	21.937.715
Outros dispendios/ despesas operacionais	1.054.410	198	1.054.608
Outros dispendios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	3.288.974	-	3.288.974
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(4.588.987)	(561)	(4.589.548)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	(1.172.825)	(143)	(1.172.968)
Provisão para perdas sobre créditos	(24.701)	35	(24.666)
Outros dispendios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	308.009	-	308.009
Resultado bruto	(3.699.470)	(453)	(3.699.923)
Dispendios/ despesas com comercialização	(12.307.551)	(7)	(12.307.558)
Dispendios/ despesas administrativas	15.308.085	2.490	15.310.575
Resultado financeiro líquido	(233.586)	(44)	(233.630)
Ingressos/ receitas financeiras	(10.154.246)	(1.242)	(10.155.488)
Dispendios/ despesas financeiras	138.396	456.689	318.293
Resultado patrimonial	356.266	456.750	813.016
Ingressos/ receitas patrimoniais	(494.662)	(61)	(494.723)
Dispendios/ despesas patrimoniais	385.553	60.132	445.685
Sobra antes da tributação e das participações	386.604	60.132	446.736
IRPJ	(1.051)	-	(1.051)
CSLL	5.167.410	518.025	5.685.435
Participações sobre o lucro	-	(94.857)	(94.857)
Sobra líquida do exercício	(42.600)	(42.789)	(42.789)
	(42.600)	(4)	(42.604)
	5.124.810	380.375	5.505.185

▪ Em 2017

Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

Ingressos com operações de assistência à saúde
Ingressos de contraprestações líquidas
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora

Eventos indenizáveis líquidos

Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados

Sobra das operações com planos de assistência à saúde

Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora
Receita com administração de intercâmbio eventual

Outros ingressos/ receitas operacionais
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde
Provisão para perdas sobre créditos
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Resultado bruto

Dispêndios/ despesas com comercialização
Dispêndios/ despesas administrativas

Resultado financeiro líquido

Ingressos/ receitas financeiras
Dispêndios/ despesas financeiras

Resultado patrimonial

Ingressos/ receitas patrimoniais
Dispêndios/ despesas patrimoniais

Sobra antes da tributação e das participações

IRPJ

CSLL

Participações sobre o lucro

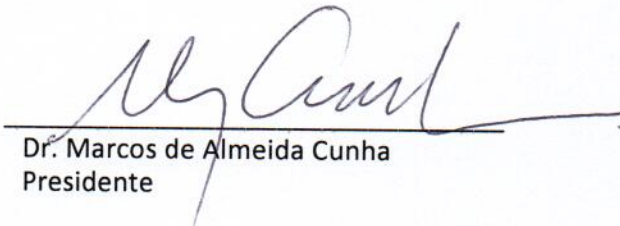
Sobra líquida do exercício

	Cooperado	Não cooperado	2017
	55.923.511	8.772	55.932.283
	56.863.410	8.920	56.872.330
	56.856.131	8.927	56.865.058
	7.279	(7)	7.272
	(939.899)	(148)	(940.047)
	(47.059.281)	(7.463)	(47.066.744)
	(46.573.679)	(7.387)	(46.581.066)
	(485.602)	(76)	(485.678)
	8.864.230	1.309	8.865.539
	241.145	-	241.145
	22.533.135	569	22.533.704
	18.906.659	-	18.906.659
	881.279	138	881.417
	2.745.197	431	2.745.628
	(3.990.087)	(626)	(3.990.713)
	(614.395)	(96)	(614.491)
	(3.375.692)	(530)	(3.376.222)
	(16.015.445)	(151)	(16.015.596)
	11.632.978	1.101	11.634.079
	(208.969)	(32)	(209.001)
	(8.916.674)	(1.400)	(8.918.074)
	581.393	91	581.484
	1.185.110	186	1.185.296
	(603.717)	(95)	(603.812)
	(55.686)	337.254	281.568
	-	337.262	337.262
	(55.686)	(8)	(55.694)
	3.033.042	337.014	3.370.056
	-	(237.017)	(237.017)
	-	(93.966)	(93.966)
	(47.614)	(8)	(47.622)
	2.985.428	6.023	2.991.451

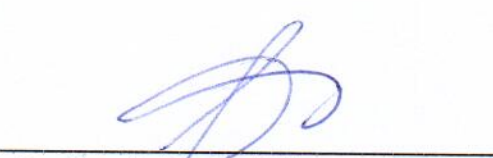
Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

27 Cobertura de seguros

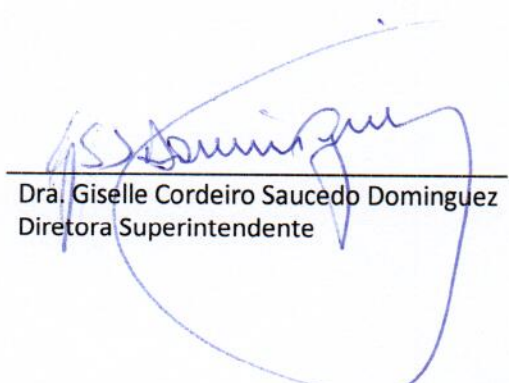
A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



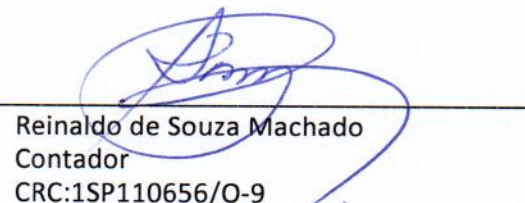
Dr. Marcos de Almeida Cunha
Presidente



Dr. Claudio Barsanti Wey
Vice-Presidente



Dra. Giselle Cordeiro Saucedo Dominguez
Diretora Superintendente



Reinaldo de Souza Machado
Contador
CRC:1SP110656/O-9